A CRIANÇA E SUA CONTRUÇÃO SOCIAL AO LONGO DA HISTÓRIA

A construção histórica da criança enquanto sujeito social e sua representação na sociedade se deu a partir dos séculos XII ao XVII, onde a contribuição do pesquisador Philippe Ariés e seus estudos acrescentaram de forma significativa para a compreensão

O reconhecimento de que a criança é diferente do adulto é um conceito atualmente aceito pela sociedade. Através de estudos históricos, no início dos tempos modernos, a criança até os sete anos de idade não era tratada como digna de ser ouvida, obedecendo ao sentido etimológico da palavra *infantia* que significa incapacidade de falar, de acordo com o Dicionário Escolar Latino-Português (1956).

De acordo com COSTA:

A infância deve ser considerada uma condição do ser criança, sendo importante respeitá-la e considerar seu universo de representações, pois é um sujeito participante das relações sociais, fazendo parte de um processo histórico, social, cultural e psicológico. (2000, p.1).

Embora a diferença entre criança e adulto abranja vários aspectos, dentre eles o afetivo e cognitivo, não influenciou para que, no passado, a criança fosse tratada como adulto. Após completar sete anos, as crianças exerciam funções e tarefas, assumiam responsabilidades, participavam de eventos, vivenciavam práticas sexuais e se vestiam como adultos, comprometendo todo o desenvolvimento enquanto crianças.

No Brasil, as múltiplas vivências da infância e seu processo de aprendizagem para a vida adulta deram-se historicamente a partir do seu pertencimento sócio racial e de gênero. (GOUVEA, 2003, p. 13)

O tratamento da criança era diferenciado de acordo com sua classe ou gênero, de modo que cada um se encarregasse de aprofundar na área que lhe pertencia. O menino branco de elite era bem educado, doutrinado, estudava em colégios e aprendia sobre como liderar, enquanto a menina branca aprendia os a fazeres ditos femininos, se preparando para cuidar da família e dos filhos, quando adulta. Por outro lado, a criança pobre ou escrava trabalhava e tinha que ser produtiva, aprimorando cada vez mais suas habilidades, seguindo os exemplos do pai trabalhador.

“As vivências da infância eram radicalmente diferenciadas, definidas pela sua inserção social, por pertenciamentos raciais e de gênero. Isso determinava diferentes processos e conteúdos de aprendizagem em instâncias distintas, o colégio, no caso da criança de elite, ou o trabalho, no caso da criança pobre ou escrava”. (GOUVEA, 2003, p. 14).

Para a autora, na sociedade medieval, a criança exercia um papel igual ao do adulto perante a sociedade, assumindo compromissos e responsabilidades. A autora ainda cita que “a criança participava das atividades coletivas de seu grupo social, através das quais exercia seu aprendizado para a vida adulta. O universo infantil não era destacado do universo adulto.” (2003, p. 13).

Primeiro a criança tinha uma vida pública desde seu nascimento, seguindo um ritual que garantisse a continuidade da família. Em seguida surge uma necessidade de preservar a vida e saúde, onde os pais passam a exercer papel fundamental poupando a vida do seu filho. Nesse sentido Costa afirma que “a criança sempre dependeu do público e do privado para suas aprendizagens, sofrendo influências que foram se alternando conforme a época.” (2000, p. 3).

Com a nova postura adotada pelas famílias, a Igreja e o poder político, com intuito de educar as crianças, passaram a interferir na vida privada das mesmas, propondo educação e formação adequada aos seus filhos, garantindo-lhes uma preparação para a vida social.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. (ARIÈS, 1981, P.11).

Ao longo desse processo histórico, a concepção de que criança é diferente do adulto se deu com o advento da escola moderna, desencadeando uma necessidade de se aprofundar no conhecimento sobre a infância. Neste contexto, a psicologia infantil passa a buscar compreensão sobre a mesma de modo que esta explique as ações do ser humano enquanto adulto.

Essas definições se confirmam no século XX, onde vários autores, dentre eles Maria Montessori, Walter Benjamim, Jean Piaget, Lev S. Vygotsky, Sônia Kramer e Paulo Freire passaram a aprofundar mais sobre as concepções, destacando as características e particularidades da infância.

“Tal produção teve profundo impacto nas práticas escolares, norteando a construção de currículos, programas e estratégias de avaliação e seriação da população escolar.” (GOUVEA, 2003, p. 15).

A criança passa a ocupar um lugar significativo na sociedade, sendo esta reconhecida como sujeito social, que possui sentimentos, desejos, vontades, se tornando fundamental para compreensão do adulto.

Tratar a criança como cidadão implica o reconhecimento de seus direitos. Em 1959, ao ser proclamada a *Declaração Universal dos Direitos da Criança pela Organização das Nações Unidas*, é que pela primeira vez na história, a criança passou a ser reconhecida legalmente como ser humano singular, com características específicas e com direitos próprios, enfim como cidadão. (COSTA, 2000, P. 11).

O adulto, por sua vez, também passou a ser reconhecido como fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento social e intelectual da criança. No entanto, os estudos sobre a infância levaram a uma padronização de desenvolvimento e comportamento, comprometendo aos demais que não se adequavam aos mesmos.

As investigações tradicionais da psicologia levaram a tornar absolutos e universais padrões de comportamento investigados numa determinada cultura e grupo social, transformando-os em padrões de normalidade, a partir dos quais cada criança será avaliada através de testes de desempenho padronizados. (GOUVEA, 2003, p. 15).

O desenvolvimento da criança não pode ser considerado padrão e universal, uma vez que esta cresce e evolui de acordo com meio em que se está inserida. Ou seja, a criança de elite tem condições que o permite ter um futuro de qualidade garantido, enquanto a criança de classe popular se prepara para antecipar seu ingresso num mundo, onde as responsabilidades são de um adulto, confirmando uma desigualdade social.

Tais vivências são compreendidas como negação da infância como se estas crianças não tivessem acesso à vivência do universo infantil. Elas recebem denominações diferenciadas que demonstram que são vistas como distintas da criança tida como padrão de normalidade. (GOUVEA, 2003, p. 16).

As vivências de cada criança contribuem para a construção de sua identidade, nesse sentido a construção histórica da especificidade da criança possibilitou considerar a mesma como sujeito social, conquistando seu espaço junto à sociedade.

Neste contexto, surge um mercado voltado para a criança, independente da sua condição social, incentivando o consumo de bens materiais. No entanto, esse mercado se volta para compreensão da infância, influenciando padrões de comportamento.

Não é que tais práticas imponham sempre à criança padrões de comportamento e conduta. Mas, ao realçar determinados traços do comportamento infantil, nas interações sociais cotidianas, os adultos norteiam a formação do sujeito infantil. (GOUVEA, 2003, P. 17).

Com o advento desse mercado voltado para o mundo infantil, se desfez a necessidade do brincar, desvalorizando o convívio social, inserindo a criança num mundo rodeado por objetos, atividades e obrigações que a excluem do ambiente social infantil.

Neste contexto tivemos através da passagem dos tempos uma mudança na forma de ver a agir quanto a infância da criança, sendo que algumas situações ainda se mantém como, crianças ricas recebem educação de qualidade, quando pobres ainda carecem de uma orientação de qualidade, gerando desde o inicio da vida uma desigualdade que poderá influenciar no futuro e comportamento das crianças.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A infância é um período onde a criança faz descobertas, e com isso se faz necessário uma educação infantil que proporcione momentos de aprendizagem, de forma prazerosa, despertando o lado social, afetivo, emocional, cognitivo, além de incentivar seus gostos e desejos enquanto criança, desenvolvendo a autonomia, imaginação e oralidade, permitindo vivenciar experiências lúdicas e criativas.

Kramer (e autoras) afirma que “a escola não modifica a sociedade, mas pode contribuir para a mudança se desempenhar o seu papel de ensinar criticamente, fornecendo os instrumentos básicos para o exercício da cidadania”. (p. 13).

Com isso, percebe-se importância do ambiente escolar, uma vez que este deve proporcionar segurança, conforto, bem estar além de promover experiências e vivências onde a criança desenvolva habilidades e tenha um aprendizado efetivo. A educação infantil é o verdadeiro alicerce da aprendizagem, aquela que deixa a criança pronta para aprender.

A educação infantil que desejamos é aquela que privilegia a existência plena da criança naquilo que é próprio e específico, sem desistências, concessões nem transferências. (...) A escola proposta é um lugar de satisfação, altamente gratificante. Não estar na escola, no momento, seria estar se privando de grande satisfação. (REDIN, 1998, P. 71).

As pesquisas mais recentes na área da educação infantil apontam para um crescimento significativo, com uma prática pedagógica que reconhece a criança como ser social, valorizando sua identidade e respeitando seus direitos. Diante disso, a necessidade de se especializar se tornou algo fundamental para se desenvolver um trabalho de qualidade dentro do espaço escolar. Segundo Franco:

Alguns pesquisadores de destaque, como Campos (1986), Rosemberg, (1999), Kramer (1994), Sousa (1996) e Kishimoto (2000), apontam que esta área obteve maior destaque no cenário nacional com a criação e atuação de uma Coordenadoria de Educação Infantil ligada ao Ministério de Educação em 1995. (2002, p.24).

Através da Educação Infantil a criança tem a possibilidade de conhecer suas características e habilidades e assim trabalhar a partir delas.

Diante as reformas educacionais, aquelas referentes á educação infantil tem se destacado, tornando alvo de preocupação de boa parte da sociedade. As discussões sobre currículo, da formação de professores, da gestão, da participação das famílias e da comunidade, dos critérios de qualidade, da avaliação de resultados, do material didático, da legislação, entre outros, envolvem necessariamente a educação infantil.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, a educação infantil é a “primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas...” (2010, p. 12).

LEIS

O estatuto da criança e adolescente, responsável pela proteção íntegra à criança e ao adolescente, lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, considera criança a pessoa até os 12 anos de idade.

O Estatuto da criança e do Adolescente – ECA foi um importante ponto de partida para a política da criança/adolescente como sujeito de direitos, como cidadã. Sua aprovação resultou de uma intensa atividade dos movimentos sociais em favor da criança e do adolescente, envolvendo grupos e instituições ligados ao Fórum Nacional de Crianças e Adolescentes e contando com apoio de vários setores relevantes da sociedade civil. Desde sua criação até agora, muitos passos foram dados. (ABRAMOVAY, 1999, p. 155).

O ECA trouxe avanços para a legislação brasileira, no entanto foram levantadas discussões acerca dessa lei,

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro, Editora LCT, 1981.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação Infantil/Secretaria de Educação Básica. -. Brasília: MEC, SEB, 2010.

COSTA, Márcia Rosa da. *INFÂNCIA – forma de conceber e tratar a infância.* Porto Alegre, 2000.

FRANCO, Márcia Elizabete Wilke. Compreendendo a Infância. Porto Alegre: Mediação, 2002.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. *Desenvolvimento e Aprendizagem.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Proex- UFMG, 2002.

REDIN, Euclides. Educação Infantil: construção da cidadania e prática pedagógica. In: Paixão de aprender, n. 7. Porto Alegre, Jun. 1994, p.48-53.

VARELA